

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola de Comunicações e Artes

Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação

Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Projetos Culturais e Organização de
Eventos

JULIANA GROTTI VIDAL TORRES

O DIREITO CULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SÃO PAULO

2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

JULIANA GROTTI VIDAL TORRES

O DIREITO CULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de conclusão do curso de Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, sob orientação da Professora Dra. Soledad Galhardo.

SÃO PAULO

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço profunda e carinhosamente:

Aos meus avós, pais e irmã, por serem minhas referências e meu porto seguro.

Rolf e Guiomar, pela ajuda, companheirismo e paciência.

Equipe do SESC, pela troca, incentivo e constante apoio.

Ani, Renata e Naira, pela jornada e amizade.

Equipe do MAM, pelo encontro.

Professora Soledad, por compartilhar seus conhecimentos.

A mim, pela coragem da travessia.

O DIREITO CULTURAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Juliana Grotti Vidal Torres¹

RESUMO

Por meio da análise do Programa Igual Diferente, do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), este artigo pretende abordar a questão do direito cultural da pessoa com deficiência e relacioná-la aos projetos culturais, analisando como estes últimos possibilitam (ou não) o exercício de tal direito.

Palavras chave: Direito Cultural, Pessoa com Deficiência, Projetos Culturais, Programa Igual Diferente, Museu de Arte Moderna de São Paulo.

ABSTRACT

By analyzing the Same Different Program from the São Paulo's Modern Art Museum (MAM), this article intends to address the cultural right of people with disability and relate it to cultural projects, analyzing how these one's allow or not, the exercise of such right.

Keywords: Cultural Right, People with Disability, Cultural Projects, Same Different Program, São Paulo's Art Museum.

RESÚMEN

Mediante el análisis del Programa Igual Diferente del Museo de Arte Moderno de São Paulo (MAM), este artículo tiene la intención de abordar el derecho cultural de las personas con discapacidad y se refieren a proyectos culturales, analizar cómo estos últimos permiten (o no) el ejercicio de ese derecho.

Palabras claves: Derecho Cultural, Personas con Discapacidad, Proyectos Culturales, Programa Igual Diferente, Museo de Arte Moderno de São Paulo.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista/Unesp (ju_grotti@yahoo.com.br)

Este artigo foi escrito como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, organizado pelo Centro de Estudos Latino-Americano sobre Comunicação e Cultura, da ECA/USP, no ano de 2012, sob orientação da Professora Dra. Soledad Galhardo.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.06
1 Pessoa com deficiência: de incapaz a sujeito de direitos.....	p.08
2 Direito cultural e cidadania cultural.....	p.10
3 Programa Igual Diferente do Museu de Arte Moderna de São Paulo.....	p.12
3.1 Atividades do Programa Igual Diferente: a prática da diversidade.....	p.13
4 Trabalho coletivo e as múltiplas percepções da arte.....	p.14
5 Considerações finais.....	p.16
Referências bibliográficas.....	p.18
Sites e blog consultados.....	p.18
Apêndice.....	p.19
Anexos.....	p.39

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como finalidade abordar a questão do direito cultural da pessoa com deficiência e relacioná-la aos projetos culturais, analisando como este último possibilita (ou não) o exercício de tal direito.

O espaço cultural a ser analisado é o Museu de Arte Moderna (MAM), localizado no Parque do Ibirapuera, na cidade de São Paulo. Trata-se de um dos mais importantes museus da América Latina, com mais de 40 anos de atividades em prol da difusão da arte moderna e contemporânea brasileira ao maior número de pessoas possível.

O objeto deste estudo é o *Programa Igual Diferente*, implementado pelo MAM em 2002. O intuito do programa é desenvolver cursos e atividades educativas que tornem o museu um espaço livre de barreiras de qualquer natureza.

Para efeitos desta pesquisa, o conceito de pessoa com deficiência será o definido pela *Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, assinado em 2007, que diz:

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ainda de acordo com a referida Convenção, a deficiência é reconhecida como:

um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

O artigo estruturou-se de forma a pensar o direito cultural da pessoa com deficiência como resultado da superação deste grupo às barreiras sociais estabelecidas, tendo o direito como uma construção humana. Através da análise do *Programa Igual Diferente*, pretende-se demonstrar como um projeto cultural possibilita o exercício da cidadania, autonomia e liberdade.

O primeiro tópico do artigo, *Pessoa com deficiência: de incapaz a sujeito de direitos*, apresenta a relação entre a sociedade ocidental e a pessoa com deficiência de acordo com os modelos propostos pelo *Documento de Estratégia*

para a *Redução da Pobreza (DERP)*, elaborado pelos países pobres para as agências de desenvolvimento internacional. Estes modelos são o Caritativo, o Médico, o Social e o dos Direitos. O objetivo deste tópico é identificar as diferentes concepções que coexistem em uma mesma sociedade sobre a deficiência, e sobre a pessoa com deficiência, elegendo os modelos *Social e de Direitos* como os parâmetros a serem incorporados na elaboração dos projetos culturais.

O segundo tópico traz a contribuição dos pensamentos de Norberto Bobbio e Marilena Chauí sobre o *Direito Cultural e Cidadania Cultural*. O intuito é demonstrar o direito cultural como um direito histórico, socialmente construído e derivado dos Direitos Humanos. Para este estudo é compreendido como direito à participação na vida cultural, seguindo o artigo 27 da *Declaração dos Direitos Humanos*, que diz: “Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes, de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios”.

Para que os direitos culturais não fiquem apenas nos papéis e nos discursos, é preciso que sejam articulados sob o prisma democrático da Cidadania Cultural, que segundo Marilena Chauí, tem a cultura como “direito de todos os cidadãos, sem privilégios, e sem exclusões” (CHAUÍ, 2008: p. 72).

Apresentando o *Programa Igual Diferente* do MAM, o terceiro tópico recorre ao histórico do programa e apresenta algumas de suas ações, como o *Aprender para Ensinar*, que desde 2002, forma jovens surdos e ouvintes para serem educadores em espaços culturais.

O quarto tópico, *Trabalho coletivo e as múltiplas percepções da arte*, traz as principais impressões da pesquisa sobre o direito cultural da pessoa com deficiência presente no *Programa Igual Diferente*.

Para compreender os pontos de vista dos atores envolvidos nesta pesquisa, foram realizadas entrevistas - semi estruturadas, estruturadas e abertas - com a equipe técnica, educadores e participantes do *Programa Igual Diferente*, bem como o acompanhamento de algumas atividades, como palestras, exposições e exhibições de filmes (vide Apêndice e Anexos).

A pesquisa utilizou consulta ao site do Museu de Arte Moderna e do Memorial da Inclusão, blogs dos alunos dos cursos, trabalhos acadêmicos que desenvolveram temas correlatos e bibliografia especializada no movimento político e social da pessoa com deficiência. Recorreu-se também à pesquisa de documentos oficiais, leis, decretos e convenções que tratam dos direitos culturais e dos direitos da pessoa com deficiência.

1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA: DE INCAPAZ A SUJEITO DE DIREITOS

A relação entre a sociedade ocidental e a pessoa com deficiência mostra-se marcada pelo isolamento e supressão de direitos. Por meio de sucessivas quebras de paradigmas excludentes, os que já foram considerados incapazes, inválidos, deficientes e limitados, conquistaram o status de sujeitos sociais e de direitos.

Seguindo o *Documento de Estratégia para a Redução de Pobreza*, proposto pelas agências de desenvolvimento internacional e elaborado pelos países pobres no ano de 1999, quatro são os modelos que ilustram as concepções sobre a pessoa com deficiência e o tratamento destinado a elas. Não são modelos percebidos como sequenciais, mas coexistentes.

O *Modelo Caritativo* percebe a pessoa com deficiência como incapaz, digno de compaixão e caridade. A prática é a exclusão, com o confinamento em casas de familiares, ou com o recolhimento em hospitais, sanatórios e até em prisões.

As pessoas com hanseníase eram isoladas em espaços de reclusão, como o Hospital dos Lázaros, fundado em 1741. A pessoa atingida por hanseníase era denominada “leprosa”, “insuportável” ou “morfética”. A doença provocava horror pela aparência física do doente não tratado – eles possuíam lesões ulcerantes na pele e deformidades nas extremidades do corpo –, que era lançado no isolamento dos leprosários e na exclusão do convívio social. (LANNA JÚNIOR, 2010: p. 22)

O *Modelo Médico* permanece com a percepção da diferença, dos serviços especiais, porém diferencia-se por acreditar que através da intervenção de especialistas o indivíduo pode ser tratado e reabilitado. Este último é o detentor dos problemas, enquanto os médicos são os protagonistas das mudanças.

Embora esse modelo representasse avanço no atendimento às pessoas com deficiência, ele se baseia em uma perspectiva exclusivamente

clinicopatológica da deficiência. Ou seja, a deficiência é vista como a causa primordial da desigualdade e das desvantagens vivenciadas pelas pessoas. O modelo médico ignora o papel das estruturas sociais na opressão e exclusão das pessoas com deficiência, bem como desconhece as articulações entre deficiência e fatores sociais, políticos e econômicos. (IBID, 2010: p. 26)

Até a primeira metade do século XX, a pessoa com deficiência era o ponto de partida dos problemas, precisando de intervenções que a ajustasse à sociedade. Ora em forma de reclusão, ora em forma de reabilitação, o que havia era a supressão de autonomia e de direitos.

A partir da segunda metade do século XX as populações começaram a conviver mais com pessoas com deficiências, já que em decorrência de fatos como a Segunda Guerra Mundial e Guerra do Vietnã, muitos soldados e civis ficaram cegos, surdos, mutilados. Estas situações de pós-guerra, aliada ao espírito da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), resultaram em diversas mobilizações sociais na defesa das pessoas com deficiência. Segundo Sarraf,

[...] uma maior atenção às deficiências se tornou necessária, tanto na esfera pública como na privada, impulsionada também pela ação dos primeiros órgãos de defesa dos direitos humanos e dos deficientes. (...) As manifestações sociais por direitos dos indivíduos mutilados pela guerra, impulsionadas pelo movimento estudantil, gerou o primeiro movimento organizado pelo direito das pessoas com deficiência [...]. (SARRAF, Viviane Panelli. *Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade*. 2008. 180 fls. II. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.)

Desta forma, criam-se as condições para o estabelecimento do *Modelo Social*, que desloca o problema do indivíduo para a sociedade, onde a organização desta última pode ser um fator limitador ou capacitador. A inclusão e queda das barreiras sociais é a característica principal deste modelo.

Em 1981, o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), simbolizou todos os esforços em prol da sistematização e disseminação de informações referentes aos problemas, necessidades, direitos e deveres da pessoa com deficiência.

Com a formulação de leis, convenções e tratados, o *Modelo dos Direitos* compartilha do princípio da inclusão, porém o amplia à categoria de direitos

humanos que, fundamentalmente, precisam ser institucionalizados e cumpridos. A participação e o protagonismo são direitos da pessoa com deficiência, devendo ser sobrepostos aos tratamentos tutelares e/ou especiais.

Os espaços culturais precisam acompanhar esta dinâmica social de emancipação e luta, elaborando projetos que integrem os princípios presentes nos modelos *Social e dos Direitos*, garantindo que os parâmetros definidos nos documentos oficiais sejam realidades concretas, estabelecidas como direito e não como privilégios.

O Artigo 3 da *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, tem como um de seus princípios “[...] o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas [...].”

Em um país como o Brasil, que, segundo dados do censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que cerca de 45 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, é de suma importância analisar como o direito cultural deste grupo (não) é exercido na área cultural.

É preciso que seja observado se a liberdade da pessoa com deficiência, de fazer suas próprias escolhas culturais, é um elemento presente na sociedade brasileira, e quais condições concretas na área cultural possibilitam ou não sua realização.

Outra questão a ser tratada é a da cidadania, uma vez que os processos históricos que permitiram a construção dos direitos culturais da pessoa com deficiência só foram possíveis pela mobilização e pressão que sociedade recebeu, em nome da emancipação e autonomia social deste grupo.

2 DIREITO CULTURAL E CIDADANIA CULTURAL

Buscando romper com a negação do valor da pessoa humana instaurado pelo nazismo e pelas guerras, e buscando proteger os indivíduos dos excessos do Estado, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, introduz a concepção de direitos universais e indivisíveis. De acordo com Bobbio,

os direitos do homem são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1992: p. 5)

Desse modo, a saída da pessoa com deficiência às ruas, buscando o reconhecimento e afirmação dos seus direitos, trouxe novas significações para a sociedade, criando novas simbologias, novos modos de viver. Enquanto os modelos *Caritativo e Médico* mantém o *status quo*, os modelos *Social e dos Direitos* propõe a mudança do mesmo. Para Bobbio, “[...] a relação entre o nascimento e crescimento dos direitos sociais, por um lado, e a transformação da sociedade, por outro, é inteiramente evidente.” (BOBBIO, 1992: p. 76)

O direito cultural, sendo um desdobramento e ampliação dos Direitos Humanos, é compreendido como o direito à participação na vida cultural. Esta participação gera condições para os indivíduos reconhecerem-se como produtores de cultura, e não apenas como reprodutores de cultura, posicionando-se criticamente ao que está socialmente estabelecido, inclusive pelo setor cultural.

Esta compreensão constitui o que Marilena Chauí denomina como Cidadania Cultural, uma vez que:

[...] no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUÍ, 2006: p.138).

A Cidadania Cultural de Chauí (2006) ainda prevê a afirmação do direito de acesso e fruição dos bens culturais, direito à criação cultural, direito a reconhecer-se como sujeito cultural e direito à participação nas decisões públicas sobre cultura.

Ainda segundo Chauí, a Cidadania Cultural propõe conceber a cultura para além das belas artes, considerando-a sob um viés antropológico,

de elaboração coletiva e socialmente diferenciada por símbolos, valores, idéias, objetos, práticas e comportamentos pelos quais uma sociedade, internamente dividida e sob hegemonia de uma classe social, define para si mesma as relações com o espaço, o tempo, a natureza e os humanos. (CHAUÍ, 2006: p.72)

A participação torna-se então fundamental ao direito cultural e à cidadania cultural, pois permite a reflexão dos indivíduos - sobre si individualmente e sobre si coletivamente. A participação possibilita também o rompimento com a visão de uma sociedade una e indivisa, pois ao estabelecer relações entre os indivíduos, estabelece o encontro entre as diferenças, entre as contradições.

Os projetos culturais elaborados de acordo com a Cidadania Cultural possibilitam as condições para que as pessoas não sejam apenas consumidores culturais, mas que criem e fruam a vida cultural, tendo consciência dos sujeitos históricos que são.

O direito cultural e a cidadania cultural, seguindo uma perspectiva democrática, proporcionam inclusive, o “[...] direito de *não* participar da vida cultural, de recusar-se a ela e de participar, se for o caso, de *outra* vida cultural [...]” (COELHO, 2011: p. 10).

3 PROGRAMA IGUAL DIFERENTE DO MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO

O Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), localizado no Parque do Ibirapuera, é uma sociedade civil de interesse público, fundado pela família Matarazzo no ano de 1948. Tendo como missão difundir a arte moderna e contemporânea brasileira ao maior número de pessoas possível, o museu possui um acervo com mais de cinco mil obras, uma biblioteca com cerca de sessenta e cinco mil títulos e documentos, além de extensa programação cultural e educativa.

Apesar desta estrutura, o Setor Educativo do MAM, responsável pelo atendimento ao público, identificou que a relação entre a população e os museus era distante. Mesmo sendo, em sua maioria, espaços abertos e de fácil acesso, constatou-se que o público era formado por um grupo restrito de pessoas, geralmente pertencentes às classes sociais mais abastadas. Sendo assim, estabeleceram ações para trazer ao museu pessoas, que por distintas razões, não visitavam o espaço.

Essa captação de público trouxe para o museu os mais diversos públicos, entre eles, pessoas com deficiências. A equipe do MAM deparou-se com situações

inusitadas e desafiadoras: como uma exposição pode ser apreciada por um deficiente visual? Como um participante com paralisia cerebral pode participar dos cursos oferecidos? De que maneira um educador ouvinte relaciona-se com um aprendiz surdo? Identificando esta demanda, o MAM buscou parcerias com instituições que trabalhavam com educação especial, saúde e projetos sociais para formular suas ações educativas e culturais.

O resultado é a criação, em 2002, do *Programa Igual Diferente*, cujo intuito é possibilitar a todos aqueles que desejam frequentar o MAM, o façam independente de suas condições, tendo o museu como um espaço que lhes pertence, sem barreiras de qualquer natureza.

A implantação deste programa resultou no desenvolvimento do Setor de Acessibilidade, responsável por novas formas de mediação do museu com o público: audioguias que acompanham os deficientes visuais nas exposições, videoguias na Língua Brasileira de Sinais (Libras), materiais em braile, além da adequação física dos espaços (vide Anexos).

De acordo com a instituição, mais de 10 mil pessoas já participaram dos cursos e atividades propostas pelo programa.

3.1 Atividades do Programa Igual Diferente: a prática da diversidade

Característica marcante do Programa Igual Diferente é conceber a acessibilidade não apenas como uma maneira de facilitar a vinda da pessoa com deficiência ao museu, mas propor o acesso como possibilidade de refletir e agir - tanto ao museu como ao público – sobre a realidade que se tem e da realidade que se deseja.

Outra característica é desenvolver atividades e cursos que contemplem a particularidade de cada grupo, articulando o processo criativo de cada participante com as diferentes modalidades artísticas. Seguem alguns exemplos das ações do programa:

-Escultura: discutir a imagem e produzir esculturas, mesclando as perspectivas dos participantes cegos, com baixa visão e videntes.

-*Observatório.doc*: reflexões sobre a realidade e sobre o cotidiano expressas por meio da linguagem do audiovisual.

-*Aprender para Ensinar*: curso de formação em arte para jovens surdos e ouvintes atuarem como educadores em museus, utilizando a língua brasileira de sinais.

-*Corposinalizante*: coletivo artístico de jovens surdos e ouvintes (participantes do curso Aprender para Ensinar) que discutem a cultura e identidade surda através de documentários, intervenções e performances.

Além dessas atividades, o programa também conta com exposições, seminários, palestras, exibições de filmes, onde a equipe do programa atua conjuntamente com as demais áreas do museu. Estabelecem também contatos com outros espaços do Parque do Ibirapuera - como o Planetário de São Paulo e o Museu Afro Brasil – e parcerias com o Museu da Língua Portuguesa, Parque da Luz, Pinacoteca de São Paulo, entre outros.

O fio condutor das propostas do Programa Igual Diferente é a prática da diversidade. Não se trata de tolerar as diferenças, criando nichos que pseudo - incluam as pessoas com deficiência. Trata-se de um movimento duplo de conhecimento, do museu com as pessoas e das pessoas com o museu, onde as diferenças, ao se comunicarem, estabelecem novas conexões, novas leituras do mundo, novas construções da realidade.

4 TRABALHO COLETIVO E AS MÚLTIPLAS PERCEPÇÕES DA ARTE

As entrevistas com a equipe e participantes do Programa Igual Diferente não objetivaram dados quantitativos, pois o interesse não foi medir quantas pessoas com deficiência frequentam o MAM, ou quantas atividades acessíveis o museu oferece por mês. O intuito foi saber o significado de direito cultural da pessoa com deficiência para o museu, e como isso se traduz nas atividades, considerando a representatividade que as ações têm para a equipe e para os participantes.

A pesquisa demonstrou que não há uma fórmula pronta e fixa para tratar o direito cultural da pessoa com deficiência. A estratégia adotada pelo museu é a

do trabalho coletivo, do estabelecimento de parcerias, integrando os saberes e experiências da equipe técnica, dos participantes e dos parceiros.

O museu busca transformar a forma como o espaço é comumente concebido, como um local silencioso, em que as pessoas passam, somente observam o que está exposto, e depois vão embora. Pretendem, ao contrário, que o público – e a equipe – o percebam como um espaço para que a reflexão e o debate sobre as questões contemporâneas estejam sempre acontecendo. E a questão da pessoa com deficiência, da diversidade, da complexidade das relações, da fragmentação da sociedade, são questões contemporâneas, que são trazidas para o museu pelo cotidiano, pelo simples fato do museu estar na sociedade, ser a sociedade.

Outro aspecto relevante que a pesquisa trouxe à tona é a questão das identidades. A denominação “pessoa com deficiência” neutraliza toda a especificidade que o surdo, o cego, o cadeirante têm, englobando-os em uma mesma categoria. Talvez por isso a Língua Brasileira de Sinais (Libras) só tenha sido oficializada em 2002. Por muito tempo ela foi considerada como gesto ou mímica, tendo desconsiderado todo o seu aspecto simbólico, sua constituição como Língua com gramática própria. Em 1880 a Libras chegou a ser oficialmente proibida, com medidas repressoras e violentas, como “[...] forçar os alunos a manter os braços cruzados, amarrar as mãos, comparar quem usava a língua de sinais com macacos. Os códigos não foram eliminados, mas conduzidos ao mundo marginal” (JÚNIOR, 2010: p. 33).

O grupo Corposinalizante, umas das ações do Programa Igual Diferente, produziu sete filmes sobre a condição da cultura surda. Nos vídeos são abordados temas como a inclusão dos surdos nas escolas, a falta de legendas na exibição de filmes nacionais, a relação dos surdos com a música e a dança, a identidade surda, entre outros. Em um dos filmes questionou-se sobre a identificação com o termo “surdo” ou “deficiente auditivo”, e a resposta de um dos participantes foi pelo “surdo”, pois, para ele, o termo relaciona-se com cultura, com identidade.

As ações do Programa Igual Diferente também estimulam novas maneiras de relação com a arte. Ao propor atividades com fotografia ou esculturas - para

grupos com cegos, baixa visão e videntes – as artes visuais têm seu campo extrapolado, mesclando-se com as artes sensoriais, proporcionando, inclusive aos videntes, novas e múltiplas percepções da arte.

O *Programa Igual Diferente* possibilita à pessoa com deficiência usufruir dos bens culturais ao adequar seus espaços físicos e preparar profissionais para atender tal demanda, tornando o museu um ponto de encontro das diferenças. Também o torna um ponto de irradiação ao possibilitar que as reflexões construam ações, e que essas ações sejam a expressão do que realmente faça sentido para a pessoa com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a pessoa com deficiência e a área cultural é marcada por estereótipos e pelo senso comum presentes em uma sociedade que pretende considerar as diferenças como características a serem toleradas, circunscritas a espaços específicos e delimitados.

Com esta pesquisa foi possível constatar que a pessoa com deficiência é tratada, na maioria das vezes, apenas como um consumidor cultural, tendo o seu direito cultural vinculado aos aspectos de acessibilidade física que as leis preveem.

Para a pessoa com deficiência, projetos culturais que garantam o seu direito cultural possibilitam a acessibilidade aos espaços físicos, mas possibilitam também que a vida cultural seja um meio de expressão, que dá voz e faz ecoar o que Ela tem a dizer sobre Ela.

Constatou-se também que as chamadas “pessoas com deficiência” não se consideram deficientes. Termos como surdo e cego ganham aspectos políticos, pois sintetizam as identidades destas pessoas e transmitem suas redes de símbolos, comportamentos, percepções e posicionamentos perante o mundo.

Os projetos culturais baseados no modelo *Social* e no modelo dos *Direitos* seguem a perspectiva da garantia do direito cultural das pessoas com deficiência. Entretanto, muitos projetos e espaços culturais ainda não dão conta de toda a complexidade do tema, não estando preparados para lidar com o

diverso, com as diferenças. Ausência de capacitação e sensibilização das equipes dos espaços culturais é a principal carência identificada pelos entrevistados.

Esta pesquisa, ciente de não ter todas as respostas, encontra no *Programa Igual Diferente* uma referência a nortear as relações entre o direito cultural, as pessoas e a sociedade. Mais do que compreender o direito cultural como o acesso a um produto cultural, o Programa o compreende como o direito à identidade, expressão, participação, respeito e liberdade. Estabelece, portanto, a cultura como trabalho de criação dos sujeitos históricos e culturais que somos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO NETO, José Teixeira. **Direito cultural no século XXI: expectativa e complexidade**. Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 11, p. 6-14, (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

FERREIRA, Maria Nazareth **Alternativas metodológicas para a produção científica**. São Paulo: CELACC-ECA/ USP, 2006.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Org.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

SARRAF, Viviane Panelli. **Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade**. 2008. 180 fls. II. Dissertação de Mestrado – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SITES E BLOG CONSULTADOS

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>
>Acesso em 19/11/2011.

<http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf> Acesso em 15/02/2012.

<<http://www.mam.org.br/>> Acesso em 01/03/2012.

<<http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/home/index.shtml>> Acesso em 20/01/2012.

<http://www.making-prsp-inclusive.org/uploads/media/Making_PRSP_inclusive_Port101108.pdf> Acesso em 20/01/2012.

<<http://corpo-sinalizante.blogspot.com.br/>> Acesso em 10/03/2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista, presencial e semi estruturada, com Daina Leyton, atualmente coordenadora dos setores Educativo e de Acessibilidade do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM) e responsável pelo Programa Igual Diferente do referido museu.

Daina - (...) então... voltando um pouco, pro público de saúde mental. Eles começaram... em noventa e oito foi quando veio o primeiro grupo do Hospital Juqueri pra cá, pro MAM, e começou a vir continuamente. Naquela situação, existiam alunos que era a primeira vez, em trinta anos, que saíam do hospital... pela primeira vez. Então a gente já teve casos de fazer uma exposição no metrô e todo mundo ficar mais ligado na escada rolante, que eles nunca tinham visto, do que ()... e hoje também a legislação mudou, a configuração, o contexto todo mudou. Então:: hoje a gente tem sim alunos, por exemplo do Hospital Juqueri , mas que pegam o trem e que vêm por conta própria. É bem diferente.

Juliana - Criaram uma autonomia já, né?

Daina - Sim. Então, quando o Programa começou, existia o grupo do Juqueri, o grupo da Derdic, o grupo... Agora não. Agora tem todo mundo e tem cursos que tem tanto () mental, junto com cegos, junto com pessoas com síndrome de down, junto com surdos. E a ideia, assim, é claro que depende da especialidade da proposta artística, né? Então, por exemplo, se você vai trabalhar::... a gente tem um curso aqui que chama Imagem e Percepção. É fotografia pra pessoas com deficiência visual e pro público geral. Então tem que ser a pessoa com deficiência visual, ou com baixa visão, ou cegueira total, ou:: é:: público que esteja interessado nesta diferença de percepção, no descrever uma imagem. Então acaba tendo o foco, por exemplo, de se trabalhar muito mais a descrição de imagem do que em outros cursos. E a gente tem um curso, por exemplo, que é o Processo de Criação em Performance, que existem quatro variações de especificidades: surdes, saúde mental, deficiência intelectual, e estão todos juntos.

Juliana – E como é que vocês compõem a equipe pra lidar com todas essas diferenças que podem acontecer num mesmo grupo?

Daina – A gente escolhe os profissionais pelo seu processo de pesquisa e criação artística, e portando uma experiência com a educação. Então os professores aqui são todos professores artistas. Eles não têm nenhuma especialização nem ligação com a área da saúde. Que a gente considera que é uma boa coisa. Eu tenho essa especialização, mas os professores não. Porque aqui ele realmente precisa ser visto como aluno, como um criador, e não como uma pessoa em tratamento. Então é outro paradigma.

Juliana – Apesar de vocês sempre manterem comunicação, sempre um serviço em rede eu percebo... ()

Daina – Sim, sim, sem dúvida. Sempre investindo na autonomia do aluno que vem. Então:: existe muito essa transição... por exemplo... a gente tem... aí voltando pra questão de saúde mental... a gente tem alunos que vêm com a instituição, então vem até... tem pessoas que vêm em situação de internação, eles vêm acompanhados do enfermeiro, acompanhados da terapeuta ocupacional e psicólogo. Tem uns que tem a sua autonomia, sua vida própria, porém não circulam sozinhos e que vem com acompanhante terapêutico. E tem outros que vêm sozinhos. Tem os também que começaram vindo com essa companhia toda e que hoje... Então é esse investimento na autonomia que é o foco de visão. Mas autonomia com responsabilidade. Não quer dizer que todo mundo pode vir sem ter esse processo... o processo de cada um...

Juliana – E o Programa Igual Diferente... ele surge da demanda que vocês perceberam desse público? Como é que surgiu essa idéia do Programa Igual Diferente? Foi para atender esse público?

Daina – Então, na verdade, o que eu sei da história é que começou assim: assim que começaram com o Educativo dentro do MAM, estavam ali numa conversa com todo mundo... com diretoria... todo mundo pensando por que o museu era um espaço frequentado tão por uma classe específica, um espaço tão excludente... Que existia um educativo e ele deveria ser aberto a todos. Então começou um processo de entrar em contato com instituições próximas

daqui. Entraram em contato com a APAE, com a Transformar... que é uma ONG que trabalha com pessoas com paralisia cerebral, a Derdic... que é uma escola () pra surdos... e começaram a fazer esse projeto piloto com os grupos que vinham... () primeiro visitar uma exposição, depois fazer uma atividade prática. Na grade dos cursos livres e dos cursos pagos também foi-se pensando nisso. Então nasceram dois cursos que chamavam Prática Artística Para Todos () pra trabalhar o processo de criação de uma pessoa, que por exemplo, tem uma paralisia mesmo física... e por aí vai (). Tem essa questão do trabalho continuado, de não ser só uma visita pontual... a equipe se envolveu muito. E depois, com o sucesso da iniciativa, da vontade tanto entre as pessoas que estavam vindo como da equipe que estava recebendo, teve um patrocínio em dois mil e dois do Ministério da Cultura, que aí nasceu o programa como programa mesmo. Então, a grade de cursos... esse ano faz dez anos o Programa Igual Diferente... eles vão... começando e sendo encerrados de acordo com a obtenção de patrocínio, de acordo com as demandas que são também renováveis. Isso que eu tava falando do contexto social que se muda. Então, por exemplo, o Aprender para Ensinar quando começou lá atrás, não se tinha essa certeza e nem essa visão de que as instituições culturais iam contratar educadores pra integrar suas equipes. Nem existia a lei de cotas na época. Hoje existe a lei de cotas, mas assim, se você for pegar, a lei de cotas é pra empresa que tem no mínimo cem funcionários. Então uma porcentagem precisa ser de pessoas com deficiência. A maioria dos museus não tem cem funcionários, então é uma outra conduta. E depois que isso começou a virar um norte, uma realidade, a configuração mudou também... surge a demanda de se trabalhar com esses educadores que já são profissionais que estão integrados com a equipe (), ao mesmo tempo tem os adolescentes daquela época que vão se identificando com a arte contemporânea, com o trabalho no museu e que vão permanecendo aqui. Daí nasce o Corposinalizante, que é essa ideia de ter um grupo de jovens, não só alunos, mas criadores, propositores, que aí são chamados para diferentes coisas, pra produção de filmes, curta metragens.

Juliana – Isso que eu achei bacana do Corposinalizante, porque ele vem como um desdobramento, um fruto mesmo desta primeira iniciativa. Você tem notícia de outros desdobramentos, de outros grupos que conseguiram se formar?

Daina – Sim, sim. Por exemplo... aí eu consigo falar mais de desdobramentos um pouco em outras instâncias. Vamos supor... a Karina... ela é professora do curso Imagem e Percepção, que era esse curso de fotografia pra pessoas com deficiência visual e o público em geral... todo mundo que quisesse discutir a imagem além do aspecto visual. A primeira edição desse curso foi uma edição super interessante, que tinha muitos museólogos, educadores e pessoas com deficiência visual... tinha dois museólogos do Instituto Adolf Lutz, eles começaram aprender aqui técnicas que podiam ser usadas de um modo artístico pra acessibilizar o museu deles, que era um museu de ciências. Então, por exemplo, eles começaram a fazer o ciclo de uma doença, como que ela se multiplica nas células (). Então o curso aqui ensinava a fazer a técnica do *Stop Motion*, de você por imagem em movimento...

Juliana – Sim...

Daina – Eles foram montando, com massinhas, o ciclo todo da doença, e essas etapas também ficavam lá, sendo físicas, pras pessoas com deficiência visual poderem tocar, e também tinha audiodescrição de todo esse processo... Então, acessibilizando um conhecimento pros cegos, eles criam uma metodologia que é super interessante pra todo mundo, porque as pessoas veem esse processo todo. Aí teve a exposição da água na Oca, por exemplo também. Um ex-aluno do Imagem e Percepção fez as réplicas táteis dos animais marinhos. Saiu daqui. Foi super bacana. O Aprender para Ensinar, voltando pra formação de jovens surdos... acho que eu comentei, foram contratados aqui no MAM, no Museu Afro, na Pinacoteca e no Centro Cultural Banco do Brasil. A gente desenvolveu a Semana Cultural Sinais na Arte, que é uma semana que acontece para comemorar o Dia Internacional do Surdo, e tem uma série de atividades, todas em Língua de Sinais, que é um desejo nosso que isso se inscreva no calendário cultural, que aconteça independente do MAM. Hoje é o MAM que propõe e centraliza tudo isso, mas já tem quatro instituições

envolvidas... pra esse ano já tá confirmado o Museu da Língua Portuguesa também...

Juliana – Certo...

Daina - Enfim... vários desdobramentos bacanas. Por exemplo, os alunos cegos começam a frequentar o museu, uma coisa que era um pouco inconcebível há uns vinte anos atrás, hoje é muito mais normal. O museu começa a ter que se preparar inteiramente pra recebê-los. Então, hoje a gente conta com audioguias, que descrevem as exposições. A gente tem videoguias, para as pessoas poderem visitar na Língua de Sinais também... que é tipo um de *Ipod Touch* que tem toda a visita feita pelo Leo e pela Carolina Fomim, entrevistas com os curadores, todas interpretadas em Libras ... os curadores e artistas conversam direto, descrevendo a imagem pros cegos ... e por aí vai indo... e acontece de muitos museus irem procurando. Semana passada mesmo a gente teve uma reunião com o pessoal do Museu de Língua Portuguesa, porque eles queriam fazer este serviço de videoguias pra lá.

Juliana – Certo...

Daina - Então, acho que estes desdobramentos são super interessantes, né? Como que a acessibilidade vai se multiplicando e a cultura de frequentar esse espaço vai ficando muito mais forte... E aí voltando de novo pra questão da legislação que vai mudando o contexto social... então.... por exemplo, hoje a gente tá tendo o Contatos com a Arte, que é um projeto que existe há muito tempo e é de formação de professores. Vêm principalmente os professores de artes, vem também professor de história, literatura e interessados em geral. É inspirado no tema de cada exposição, então hoje é o German Lorca e a questão é fotografia, um pouco da história da fotografia e como se trabalha a fotografia pra todos. Então toda a experiência de fotografia, tanto com cegos quanto com surdos, é trazida aqui como uma referência, uma inspiração pros professores que hoje também lidam com essa questão. Porque tem a legislação da inclusão em sala de aula... isso tem o seu lado positivo, mas também tem o lado de susto, de despreparo, que os professores...

Juliana – Do desconhecimento...

Daina – Do desconhecimento, exatamente. Os professores não estão preparados e instrumentalizados pra trabalhar com a inclusão. Então a gente trabalha essa temática com os professores também, saindo das iniciativas que a gente teve aqui e de como elas podem também instrumentalizar os professores.

Juliana – Por que, percebendo a área cultural... a pessoa tendo que se deslocar até um museu, ela passa por toda a cidade... então, também a questão de ela se interar na rua, no transporte... é uma cadeia, né?

Daina – Sim, as pessoas começam a circular...

Juliana – É uma coisa que é maior. E é só no contato que isso vai acontecendo e as coisas vão se desdobrando. Acho bonita essa ideia do contato e do desdobramento que isso vai ocasionando. Até com os meninos do Corposinalizante... eles colocando a cultura surda, afirmando que Libras não é só uma tradução da Língua Portuguesa...

Daina – É uma língua...

Juliana - É uma concepção mesmo. A concepção deles do mundo.. língua mesmo... com toda a simbologia, todos os traços ali... muito bonito...

Daina – Existe uma cultura, existe uma identidade...

Juliana – Uma identidade. Essa é uma palavra bem forte... uma identidade. E pensando nisso tudo, como é que você percebe os equipamentos culturais hoje na cidade de São Paulo, relacionando isso ao direito cultural da pessoa com deficiência? Você acha que isso já acontece? Como está esse processo?

Daina – Eu acho que falta muito. Falta muito, sem dúvida. Mas hoje uma coisa que me tranquiliza bastante é que existe essa preocupação. Mesmo que não exista a solução ainda nos espaços, os espaços estão atentos a isso. Ou procurando como fazer, ou já têm um trabalho, ou pelo menos estão se questionando como isso tem que ser viabilizado. O que é uma coisa que não existia, eu posso dizer a seis anos atrás, por exemplo. Não era uma questão e hoje é lei. Eu acredito muito na pressão social, né? Por isso que a gente organiza, por exemplo, a Semana Cultural Sinais na Arte (). A gente fez em

dois mil e oito, eu posso te passar esse material que é muito bacana, um encontro, o primeiro encontro de acessibilidade em museus. Pra nossa surpresa foi auditório lotado e mais trezentas pessoas acompanharam *on line*. Isso em dois mil e oito, faz quatro anos, dá pra ver que existia muito essa preocupação, as pessoas não sabiam por onde começar. E hoje eu já vejo brotando muito mais. Por exemplo, se a gente fosse fazer o encontro hoje, eu acredito que a gente teria muito mais palestrantes pra convidar, muito mais iniciativas acontecendo. Então, eu acredito, respondendo sua pergunta, tá em processo, mas existe um movimento muito forte. Se você for considerar a história dos museus e os últimos dez anos, é aquela história de cinquenta anos em cinco. Porque dos últimos dez anos pra cá a coisa tem mudado. Por exemplo, acabei de receber um e-mail hoje da Virada Inclusiva. Uma iniciativa da prefeitura, que contata todas as instituições culturais e espaços culturais... enfim... acho que essa é a terceira... não existia.

Juliana – E você percebe essa diferença no público que frequenta aqui? Você percebe que eles já se colocam mais do que antes?

Daina – O público que frequenta o museu?

Juliana – É... pra esses programas específicos... eles se colocam como público, que realmente querem?

Daina – Sim, sim, isso sim. Falando aqui pelo museu, eu percebo que é um fruto que a gente tá colhendo hoje. Por que? A gente sempre apostou em mapear a potencialidade e a competência de um perfil específico, e não de um assistencialismo. Porque a gente acreditava que só assim isso cria um movimento de que outras pessoas se interessem ... por que senão acaba atraindo pessoas que estão interessadas na causa de pessoas prejudicadas. E o foco não é esse. O foco é assim: a pessoa tá interessada em fotografia... Como trabalhar a fotografia de um jeito interessante? Por exemplo, o que a Karina estava falando hoje mesmo pros professores... imagina você descrevendo essa imagem para um cego? Quando você se depara com a função de descrever uma imagem para um cego você percebe... a gente percebe que a gente não sabe olhar, que a gente não sabe analisar a imagem... e aí todo mundo fica interessado e faz esse exercício. A Língua de

Sinais mesmo... pra gente ela sempre encantou como um recurso poético e de expressão ... então hoje ela ocupa vários lugares. Por exemplo, a gente tem o projeto Canto Livro, que é um espetáculo de música, poesia, narração de histórias, tudo interpretado em Língua de Sinais. Pode acontecer de não vir nenhum surdo, mas o público ouvinte que vem, fica vendo a intérprete. No passado existia todo um trabalho, de você fazer um trabalho um a um, para os funcionários do MAM entenderem que essas pessoas têm o direito sim de estar aqui... e hoje isso não é necessário, isso acontece naturalmente. Porque já virou uma cultura no museu por si só, então todo mundo já entra e já é contaminado por essa diversidade, da potência que tudo isso tem, de um espaço que é mais humanizado mesmo. Agora do público, eu posso dizer que os frequentadores assíduos do MAM, eles também... a gente percebe isso. Já teve casos, por exemplo, uma escola parceira veio e foi recebida... uma escola de ouvintes... foi recebida pelo Leonardo, pelo nosso educador surdo. E depois eles escreveram na avaliação que foi um privilégio pra eles terem essa oportunidade de serem recebidos por um educador surdo. Não sei se você já ouviu falar da *Sencity* também ?

Juliana – Sim.

Daina – A gente fez a *Sencity* no ano passado por conta da nossa parceria com a *Skyway Foudation*, que é a organização holandesa que faz a *Sencity*...

Juliana – Que até o rapaz veio no seminário...

Daina – Isso, no seminário. Vieram duas meninas, duas estudantes, fazer uma pesquisa sobre como as ações de acessibilidade do MAM podem criar uma consciência no público geral sobre a cultura surda. O foco delas é recortado no público surdo. E aí elas pegaram o seminário e fizeram um questionário pra todo mundo... no seminário são pessoas que frequentam o MAM, a maioria que veio... pode ter tido um público que veio pela primeira vez também... mas só dezessete por cento das pessoas sabiam das ações de acessibilidade daqui...

Juliana – A grande maioria...

Daina – Não tinha conhecimento nenhum. Então, posso dizer que sim, houve uma transformação significativa, mas ao mesmo tempo ainda falta mais

consciência das pessoas mesmo. E até do MAM. A gente está agora se estudando pra ver como que isso pode ser mais projetado. Porque também existia uma preocupação nossa de não ficar expondo isso, como que espetacularizando isso... porque a gente tira o direito, que a gente defende, deles estarem aqui como cidadãos, e não como qualquer outra coisa... um paciente. Ao mesmo tempo, agora que eu acho que já existe uma mudança de concepção das pessoas, elas podem entender como um trabalho mais profissional, que existe acessibilidade nos espaços culturais (). Mas é engraçado, porque, quando eu viajo eu sempre vou em museus, e sempre olho, () e falta muito.

Juliana – Porque... eu percebo que a inclusão ... todo início de processo tem mesmo isso, não se sabe como fazer tudo, né? Tem que começar e depois as coisas vão acontecendo... Que a inclusão... só colocar as pessoas no mesmo ambiente e pronto... isso acabava gerando até mais exclusão, um estranhamento maior do que a proposta inicial que é todo mundo junto ali. Então, esse processo de vocês como programa vem um pouco pra ... pra ir um pouquinho além dessa inclusão de somente “Ah, todo mundo pode chegar”. É um processo que vai acontecendo e que vai se conhecendo as dificuldades. Por que tem, né? Não é uma coisa que é linear...

Daina – Sim, sim. Você se depara com desafios o tempo todo. O tempo todo. E você só vai saber como superar estes desafios estando em contado, não tem jeito.

Juliana – E vocês têm, assim, espaços em que vocês recebem, por exemplo, sugestões dessas pessoas que vêm? É uma coisa que tem espaço?

Daina – Sim, sim. Eu não sei se eu mandei pra você um... a gente se inscreveu nesse prêmio aqui, que era o prêmio de educação em museus, um prêmio iberoamericano . Eu te mandei o documento?

Juliana – Hum-hum (afirmação).

Daina – A gente começou o curso Imagem e Percepção, depois a gente teve um curso que era Desenho para Cegos... E um dos nossos alunos, o Rogério Ratão, ele trazia contribuições fenomenais pro andar do curso. Ele é uma

pessoa que ficou cega com dezoito anos de idade e ele gostava muito de artes, e gosta muito até hoje. Então, ele fala “Eu sou uma pessoa muito visual”. A gente mostra referências... e ele descreve quadros de um jeito que você fala: “Rogério, você viu esse quadro, né?” “Não, nunca vi.” (risos) E foi uma coisa sensacional. Hoje ele é professor, ele dá escultura para os alunos. E é muito legal, porque tem um aluno cego só, e o curso tá lotado. Então também já mudou esse paradigma. O professor é cego, mas não é essa a questão. O professor é um ceramista sensacional e as pessoas vêm aqui para aprender escultura com ele. Bom, por que eu falei isso pra responder a sua pergunta? Porque, nesse artigo que a gente escreveu aqui, a gente falava que os cursos não são concebidos para cegos, mas com os cegos. Então tem um processo de aposta e avaliação que é recorrente. Então, vamos supor, a gente tá trabalhando desenho com cego... a gente começa a trabalhar xilogravura... você esculpe lá... xilogravura, uma técnica que a gente trabalha com vários cursos. Até os caras chegarem e falarem: “Olha, não fica claro. Quando é alto relevo eu entendo muito bem, quando é baixo relevo eu não entendo tão bem”. Então só nesse processo de avaliação com eles é que a gente vai definindo os melhores caminhos a seguir. E aí tem avaliação de cada curso, e também tem a nossa caixa de sugestão que fica lá na recepção, que vêm coisas todos os dias, e que nos deixa atentos vinte e quatro horas. Assim, por exemplo, a gente faz uma exposição com legendas pequenas... batata... reclamam ali, a gente tem que refazer as legendas.

Juliana – () tem sempre esse canal aberto, sempre uma reavaliação ()

Daina – Tem o Fale Conosco pelo site... o *facebook* recebe muita coisa... a gente posta um negócio da acessibilidade, as pessoas perguntam: “Ah, queria muito aprender Libras, aonde eu vou? A gente manda indicação, sugestão. Aí a gente postou que tava na *Reatech*... até deu um erro que este post foi deletado por um engano... a gente pôs de novo e a gente perdeu esse comentário dessa pessoa. Ele falou assim “Ah, acessibilizem seus *e-mails*, parem de mandar imagem e sim texto”. () É claro que a gente não vai parar de mandar imagem. A gente manda a arte, com um formato de imagem, e embaixo de cada e-mail tem o conteúdo todo escrito... então com o *software* de leitura pros cegos, por exemplo, eles podem ler. Só que, claro que isso foi uma coisa que começou

com a Área de Acessibilidade, até a gente entender que todas as áreas têm que ter, tem que ser uma conduta do museu como um todo, entendeu? Hoje já é. A gente faz bastante vídeo... o Leo fala: “Olha, isso aqui não tá claro. Um surdo não vai entender isso.” () A gente faz um vídeo e posta no *Youtube*, para que eles possam acessar. E aí ... o facebook é um canal muito bom pra isso ... porque é o tempo todo sugestão ...

Juliana – O que você pensa que ainda é necessário pra que o direito cultural desse público se estabeleça mesmo?

Daina – Olha... muita coisa... mas eu acho que existe uma parte muito grande que é imensurável... que é... os estigmas têm que ser quebrados... e aí eu acho que as instituições culturais... elas têm um papel muito forte nisso... porque, considerando a possibilidade de experimentação e, pensar a arte como um campo de possibilidades, muita coisa pode surgir desses espaços que virem inspirações e referências para novas condutas. A gente começou a fazer o projeto Canto Livro, que é música, poesia, narração de histórias, interpretadas na Língua de Sinais... a Língua de Sinais, então, é um outro recurso poético nesse bolo todo. Existe um estigma de surdo não gosta de poesia, surdo não gosta de música. Isso é um preconceito que é reproduzido não só pelos ouvintes, mas às vezes uma pessoa surda pode tomar isso pra ela também. E por aí vai... por exemplo, você... não... Desculpa, volta a pergunta.

Juliana – Quais as ações que podem estabelecer o direito cultural?

Daina – O direito cultural?

Juliana – Sim, o direito cultural.

Daina – Tá, tá. Então, porque...

Juliana – Eu percebo que vocês procuram não criar guetos. Isso é uma coisa que eu vejo bem, que é um trabalho em rede. Sempre a comunicação fora-dentro, é uma coisa que circula muito a informação... Vocês promovem encontros... vamos pensar assim... E até já emendando uma outra pergunta, vocês trabalham com essa ideia de pessoa com deficiência? Esse termo é um termo que vocês usam tranquilamente ou vocês percebem que não, que é uma

coisa mais voltada pra identidade... o surdo... o cego... questão de identidade mesmo dessas pessoas?

Daina – Tá. Então... deixa eu só entender... a outra pergunta, você queria saber o que eu considero que falta nas instituições culturais ou na sociedade como um todo?

Juliana – No Programa Igual Diferente. O que você acha que o Programa pode ainda desenvolver pra estabelecer o direito cultural da pessoa com deficiência? Quais as ações que vocês planejam... que vocês ainda planejam conquistar... que vocês falam: “Olha, é legal, a gente tá querendo seguir ()?”

Daina – Tá... é... é... isso é legal, isso é uma coisa que está se consolidando esse ano... Até então a gente tinha uma área que pensava ações acessíveis, agora, a gente está pensando como todas as ações podem ser acessíveis. Por exemplo, um seminário, a gente propõe tudo o que precisava ser acessibilizado, mesmo que não era uma iniciativa da Acessibilidade. E a Área de Acessibilidade ela existe pra quê? Pra tornar tudo isso possível. Conteúdos sobre acessibilidade têm que ser trazidos, mas aí nunca dum jeito categórico, catequizante, mas sim dum jeito que faça sentido pra eles. Então, são essas ações que a gente tá com foco agora, de como conquistar o público em geral. Por exemplo... que nem, essa coisa de ter Virada Inclusiva e Virada Cultural... eu acredito que isso é um passo necessário, mas não é o melhor dos mundos. O melhor dos mundos é um programa cultural que seja inclusivo e ponto, né? Então a gente já começa a passar por isso. Então a gente vai participar da Virada Cultural agora, com ações de forte qualidade artística, porém inclusivas. Não é nem porém. É inclusivas. Só que... claro que todo mundo se esbarra num obstáculo muito grande que é o orçamento, o custo que tudo isso tem. Então, claro que uma hora as possibilidades se esgotam por conta dos orçamentos. Mas, aí eu acho que volta na questão da conscientização. A partir do momento que a conscientização ... ela ... abrange outros campos, então vai até os patrocinadores, vai até o Ministério... O Ministério da Cultura teve uma atuação muito forte nestes últimos tempos... governos, enfim...

Juliana – Tem vários Órgãos ...

Daina – Enfim, vários Órgãos. Então se cria essa força pra que o orçamento também seja viabilizado. Mas sempre tem esse risco. A gente tem que fazer essa atividade, esse evento, e pra fazer acessível vai custar x, sem fazer vai custar y. A gente está modernizando todo o acervo do MAM... on line. Todos os nossos videoguias, audioguias, a gente tá subindo na internet... pra... aí fica como um material de estudo, de referência pra todo mundo. Então essas são algumas das ações desse ano.

Juliana – Sim. E essa questão da identidade deles?

Daina – A gente fala pessoa com deficiência sem problema nenhum. Pessoa com deficiência, mas não pessoa deficiente. Se ela tem uma deficiência não quer dizer que ela é deficiente. Porém, sempre que a gente pode, a gente usa público diverso, e não as pessoas com deficiência. Por quê? O termo pessoas com deficiência a gente usa quando tem que fazer entender que tem isso.

Juliana – Certo.

Daina – Pessoa com deficiência... os surdos nos ensinaram que eles são surdos e ponto. Nesse ponto, a comunidade surda tem isso muito mais claro do que outras especificidades. Então, surdo é surdo, e ponto. Pra eles, uma pessoa que tem deficiência auditiva não é um surdo, ela tem deficiência auditiva. Por exemplo, uma pessoa que depois de idosa perdeu a audição... ela é deficiente, porque ela não é surda. Entendeu? Muda o paradigma... ela não tem esse privilégio de ter crescido numa cultura surda. Então, por exemplo, existem muitos surdos que são contra o implante coclear, que é um implante que faz... dá possibilidade de ouvir, se reverte a perda. A gente conheceu um surdo holandês que fez esse implante e não aguentou... era muito ruído pra cabeça dele, ele ficava cansado. Ele reverteu a operação. Também tem os que falam: “Olha, a minha identidade é ser surdo. Eu não quero mudar isso”. O importante é dar opção. Então, por exemplo, um visitante, uma pessoa com deficiência visual... a deficiência visual já é outra história. Por quê? Uma pessoa que tem miopia é uma pessoa com deficiência visual, uma pessoa que tem hipermetropia é uma pessoa com deficiência visual. Sei lá, oitenta, noventa por cento das pessoas têm deficiência visual. Mas não é cega. E aí tem a questão de que ninguém é totalmente cego também. Porque tem a pessoa que

vê só vultos, tem a pessoa que vê só claro e escuro ... e aí vai ... E, fora que assim ... os cegos, ou as pessoas com baixa visão, ou deficiência visual, ou o que quer que seja ... eles falam a nossa língua. Então eles se comunicam com as pessoas que enxergam. Os surdos têm uma comunidade tão forte por conta da língua. Então não existe, com a mesma força, uma comunidade de cegos... Existe na questão da reabilitação, na questão de tecnologias assistivas... então, bengala, ou braile, ou onde você vai aprender braile... Então tem a pessoa que perdeu a visão já adulto e que não tem facilidade de ler braile, prefere a audiodescrição... a gente disponibiliza a audiodescrição. A gente tem o catálogo do nosso acervo exposto, que é o acervo do Jardim de Esculturas todo em braile. É como você oferecer todas as possibilidades. A gente recebe o pessoal do Instituto Padre Chico, que são as crianças que têm deficiência visual desde pequenininhas... o braile é um recurso que entra aqui, porque é uma parte da realidade, da construção e da educação delas, então sim, tem que entrar. Ao mesmo tempo, não faz sentido você disponibilizar o braile pra uma pessoa que perdeu a visão aos quarenta anos, e que pra ela ouvir uma audiodescrição é muito mais cômodo e efetivo. Aí a terminologia ... se for pra falar com pessoas com deficiência sensorial é cego, surdo, deficiência física ou deficiência intelectual... pessoas com deficiência (). O público de saúde mental a gente fala que é público de saúde mental. Não usa esses termos que podem ser pejorativos, tipo louco... e nem termos completamente técnicos, tipo psicóticos, esquizofrênicos... porque isso é um rótulo também. Tem surdos que até defendem que surdo tem que ser com letra maiúscula, o ésse (letra) tem que ser com letra maiúscula. A questão fundamental é que as pessoas não se identificam pela mesma causa. É sempre esse olhar de entender que as pessoas são pessoas acima de tudo e que são todas diferentes, são todas iguais, porque são todas diferentes. Então um surdo nunca é igual a outro surdo, um cego nunca é igual a outro cego, e por aí vai. E aí claro que tem questões que são muito mais palpáveis de você ver que tá acessível. Por exemplo, você ter um educador surdo, você ter recursos em Libras... isso é claro. Agora, pra receber um público de saúde mental... você não tem nada palpável que diga, mas você tem que transformar, você tem que sensibilizar as pessoas. Então como que você mede isso? Então é um trabalho...

Juliana – Constante.

Daina – Constante.

Juliana – E isso acaba trazendo algo assim... como você mencionou um tempo atrás, da percepção que eles acabam dando do nosso... como nós limitamos a arte também, né? Nós, os ditos sem deficiências, como nós limitamos... artes visuais e pá... fecha a arte naquele quadradinho ali e trabalha daquele jeito. Então é uma riqueza que eles trazem também... juntar os grupos... passar pra uma dita arte sensorial.

Daina – A gente só aprende com isso. E acho que é por isso que dá tão certo, porque um professor, um educador que tá pesquisando... pra ele é muito interessante isso. É um aprendizado mútuo.

Juliana – Vocês já tiveram casos de ter todo um esquema e de repente, na hora de aplicar, vê que não deu, por exemplo “nossa linha tá errada, a gente não tá tendo comunicação” ?

Daina – Já, já ... de ter que se repensar tudo. Deixa eu pensar... Por exemplo... e aí depende muito também da postura do aluno, do participante... então, a pessoa pode optar por querer se integrar a qualquer custo, mesmo que pra isso ela passe por cima dela. Quando a gente tem um aluno só desse perfil, a gente pode fazer uma coisa que acha que tá dando certo, mas não tá. Então, os cursos e atividades têm que instigar também a autonomia, gerar tomada de consciência... trazer o aluno pra dizer se tá dando certo, se não tá dando certo. Porque... também tem uma coisa, assim, um pouco perversa nessa coisa da superação... Por exemplo, o fetiche de um cego fazer um curso de fotografia... Então ele vai ficar lá, e vai falar que tá entendendo tudo, mesmo que não esteja. Então, por isso, é tão rico pra gente alunos participantes, professores que tenham alguma deficiência, mas que sempre nos mostram o caminho. O Rogério Ratão é um caso, acho que é o melhor dos casos pra explicar isso. Ele clareia de um jeito... Esse ano a gente vai lançar um livro do Igual Diferente, em comemoração aos dez anos, e cada um tá escrevendo um texto. O Rogério tava escrevendo, e aí saíram as frases do tipo “Ah, esculpir o mundo” É um trabalho de esculpir o mundo, né? Tem um monte de coisas que têm que ser

trabalhadas. Não adianta a gente ficar aqui e elaborar o curso, e divulgar para os alunos. Você tem que trabalhar com os seguranças, você tem que trabalhar com os recepcionistas, você tem que trabalhar... E aí você perguntou, lá atrás, como que esses profissionais são preparados. Todo mês a gente reúne a equipe toda, e com uma consultora pedagógica que é a Fátima Freire, filha do Paulo Freire, e se discute, se reflete pedagogicamente sobre todo o trabalho. Não tivemos casos catastróficos. Tudo foi contornável e com a avaliação dos próprios alunos. Mas, por exemplo, esse caso da xilogravura... podia ser muito legal, mas não funciona. Mas pode funcionar também. Dependendo de um outro grupo...

Juliana – Daqui a pouco vem uma outra referência ...

Daina – Com uma outra referência, mas com aquele grupo, naquele lugar não funcionou. E por que não funciona? Aí a gente pergunta. Aí o João Alexandre, que era um aluno nosso... cego... falou assim: “Olha, pra mim, eu percebo muito bem quando é alto relevo, quando é baixo relevo eu não percebo, eu não consigo perceber isso”. Deixa eu pensar em outro caso que a experiência não foi tão boa... Todos acabam sendo boas, viu? Por que os erros também trazem muito aprendizado.

Juliana – Exatamente. Mas mais nesse sentido de achar que tá indo no caminho certo e ter que rever tudo o que se construiu ali, porque não era por ali... Bom, o que vocês entendem por acessibilidade? O que pra vocês significa acessibilidade... pensando na parte dos equipamentos culturais?

Daina – Essa é uma pergunta legal... Se for ler a missão do MAM, que é tornar a arte contemporânea acessível ao maior número de pessoas possível... Então primeiro a gente entende que é uma coisa que diz respeito a todos. Mas não só no sentido de promover acesso ao que está instituído, tipo, eu estou aqui e você pode chegar. Mas dar o acesso pra que ele traga o que lhe diz respeito. Então, por exemplo, a cultura surda entra no museu também, e ela transforma a realidade do museu também. Hoje a gente tem um professor que é cego que nos ensina muito mais coisa. E aí isso vai pra todos os grupos de visitantes, grupos que marcam visita... Se ele não traz o que faz parte da vida dele, do cotidiano dele, o que o que constituiu como cidadão... se isso não vem à tona

na visita, se aquilo não bate no que tá vida da pessoa... se a pessoa não consegue trazer aquilo, aí a gente acha que não aconteceu. Então acessibilidade é isso... a questão de como também a coisa vem do público. Não só uma matriz que fornece coisas. Claro que não. Porque aqui estão sendo expostas é... arte moderna, contemporânea, que foi feita por pessoas que tiveram como matéria-prima a vida.

Juliana – E essa é uma ideia até revolucionária pra um museu, pra concepção de um museu, que como você falou, é uma coisa que já não é tão sentida assim, mas que antes era um lugar fechado, parado, que não tinha novidade...

Daina – Para contemplação, né?

Juliana - É, e que não havia novidade. E o que eu percebo é que esse Programa traz justamente o oposto desta ideia. Aqui é pra novidade, pra vida acontecer, e o museu ser um espaço de transformação ...

Daina – É, um museu vivo, né?

Juliana – É, um museu vivo, exatamente. Então, acho que isso é uma ideia muito bacana, que rompe com essa tradição de um museu frio e afastado do público com uma cordinha. Não chegue, não me toque, só passe por mim. E aqui é: fique, me transforme, eu te transformo, e a gente se relaciona, né?

Daina – É, existe esse encontro...

Juliana – Isso eu acho que é uma riqueza...

Daina – Ninguém sai igual, não é? Por exemplo, cada vez que monta uma exposição nova... a gente sabe o que vai acontecer na exposição? Não. Só depois que ela começa a funcionar. E assim, não tenho dúvidas que o entendimento e a experiência da exposição, ela vai se transformando a cada grupo que você recebe.

Juliana – E isso também reforça essa ideia de barreira relacionada à atitude, não barreira como sendo uma coisa fixa, mas é a atitude.

Daina – É, por exemplo... e aí é uma coisa que todo mundo precisa, mas que fica muito mais claro quando vem um público com deficiência e denuncia isso.

Vamos fazer uma conversa com um curador, e tem um intérprete de Libras, e ele vai falar com o público surdo ... O curador vai percebendo o que ele precisa acessibilizar no discurso dele, pois tem que ter uma acessibilidade no próprio falar. Como é que você fala palavras que realmente digam alguma coisa, que não sejam só um discurso vazio, uma coisa que afasta as pessoas? E aí não precisa ser a pessoa com deficiência. Minha mãe pode se sentir super não pertencente a esse museu, a esse espaço.

Juliana – E aí que vem a ideia que você falou da acessibilidade ser algo maior. Não só uma rampa ou uma sinalização. Tem pessoas que não têm deficiência, mas às vezes pode não interagir por um bloqueio na comunicação mesmo.

Daina – E aí passa muito pela questão do pertencimento. Como que você pertence a esse lugar? É um lugar que tem uma missão pública, então...

Juliana – É verdade. Daina, tem mais alguma coisa que você gostaria de falar do Programa? Algo que gostaria de destacar nas ações?

Daina – Acho que não. Você não tem um *pen drive* aí ? Se você tiver, eu posso copiar uns vídeos.

Juliana – Tenho.

Daina – Então, olha só Juliana ... eu vou copiar vídeos que são em baixa resolução e material que a gente baixou. Vai dar pra você visualizar bem tudo isso que eu tô falando.

Juliana – Obrigada.

APÊNDICE B – Entrevista, via e-mail, com Leonardo Castilho, educador surdo e assistente de acessibilidade do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM).

1. Como soube dos cursos e atividades do MAM? Por que você frequenta estes cursos e atividades?

Estou no MAM desde 2003 participando o curso Aprender para Ensinar, que é o curso de formação de educador, onde aprende vários tipos de artes,

entrevistas com artistas, praticas e teorias. Durante anos me tornei orientador (educador estagiário) por um ano e depois me tornei educador profissional, foi onde eu conheci vários cursos e já participei. Hoje em dia participo Performance e Corposinalizante.

2. Você costuma freqüentar outros espaços culturais na cidade? Se sim, quais?

Em alguns lugares se tiver coisas interessantes eu participo. Por exemplo CCBB, Banco Itaú Cultural, etc.

3. Você já quis participar de alguma atividade cultural, e não pôde, em decorrência de sua deficiência? Se sim, qual?

Algumas coisas por falta de interprete. Mas não sempre porque eu sempre procuro onde há interprete de Libras.

4. Você acha que as programações culturais da cidade levam em conta as pessoas com deficiência? Por que?

A maioria das vezes sim, acredito, mas sempre tem que pesquisar antes de participar.

5. Como você realiza sua programação cultural? É de acordo com suas escolhas e com o que você gosta, ou é de acordo com o que é oferecido e possível você participar?

Realizo se eu tiver interesse.

6. O que você acha que os espaços culturais poderiam fazer para que a pessoa com deficiência exerça o seu direito cultural?

Eu acho que tem que ser mais acessível para que possam compartilhar com outras pessoas.

7. O que você acha que a pessoa com deficiência poderia fazer para exercer o seu direito cultural?

Têm que mostrar o seu interesse e batalhar até que possa conseguir o que queira.

8. No filme *Corpo Nossa Língua*, produzido pelo grupo Corposinalizante, é abordado a questão da afinidade com a palavra “pessoa com deficiência” ou com a palavra “surdo”. Com qual das duas você se identifica e por que?

Me identifico mais “Surdo” , porque é o que mais especifica a sua identidade. Deficiente auditivo é utilizado mais pelos médicos.

9. Outras observações que queira fazer.

ANEXOS

ANEXO A – Certificado de participação na palestra “Conexões e Diversidade”, realizado no Museu de Arte Moderna de São Paulo.



ANEXO B – Declaração de participação na XI Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade.



ANEXO C – Postais distribuídos pelo Museu de Arte de São Paulo, informando sobre ações de acessibilidade.

UMA LINGUA VISUAL

A língua brasileira de sinais (libras) integra a programação e o cotidiano do Museu de Arte Moderna de São Paulo, trazendo uma riqueza de comunicação e expressão para o seu espaço.

Ações destinadas ao público surdo e às pessoas interessadas em libras.

- :: **Visitas mediadas em libras** durante todo o calendário de exposições;
- :: **Videoguias gratuitos** com roteiro educativo em libras;
- :: **Formação continuada** de educadores surdos;
- :: **Narração de histórias** em português e libras;
- :: **Canto livro no MAM:** espetáculos literários e musicais com interpretação em libras;
- :: **Cursos acessíveis** de diversas modalidades artísticas;
- :: **Semana Cultural Sinais na Arte:** comemoração cultural ao dia internacional do surdo;
- :: **Sencity no MAM:** evento musical multissensorial.

MUSEU DE ARTE MODERNA
mam
DE SÃO PAULO

PARQUE DO IBIRAPUERA
PORTÃO 3
TEL.: (11) 5085-1300
WWW.MAM.ORG.BR

SUGERE-SE VIR DE TÁXI

 Art Project
powered by Google



OLHAR DE PERTO

O imaginário se enriquece com o desenvolvimento da percepção sensorial e a criatividade se alimenta com a linguagem descritiva.

Para pessoas com deficiência visual e o público geral, o MAM desenvolve diversas ações que propõem experimentar a arte contemporânea além de seu aspecto visual.

- :: **Audioguias**
Dispositivos gratuitos que permitem a apreciação das exposições, por meio da descrição das imagens e depoimentos de artistas e curadores.
- :: **Acervo tátil**
Com obras do acervo do MAM permanentemente expostas, o Jardim de Esculturas pode ser todo explorado pelo toque e dispõe de catálogo em braile.
- :: **Cursos**
Diversas modalidades artísticas são ministradas de forma acessível, viabilizando a livre produção e fruição das pessoas com deficiência visual.
- :: **Jornada sensorial**
Roteiros e atividades sensoriais em diferentes mostras culturais.

MUSEU DE ARTE MODERNA
mam
DE SÃO PAULO

PARQUE DO IBIRAPUERA
PORTÃO 3
TEL.: (11) 5085-1300
WWW.MAM.ORG.BR

SUGERE-SE VIR DE TÁXI

 Art Project
powered by Google

ANEXO D – Divulgação de atividades oferecidas pelo Museu de Arte Moderna de São Paulo.

EDUCATIVO
mam

EXIBIÇÃO DO FILME *170 Hz*
17 MAR 2012 (SÁB) | 16H

AUDITÓRIO LINA BO BARDI
GRATUITO



170 Hz, 2011
Holanda, 86 min
Direção: Joost van Ginkel
Classificação etária: 12 anos

Filme sobre o amor incondicional e a liberdade que o acompanha. Um casal de jovens adolescentes se apaixona profundamente, porém seu amor não possui voz ou som já que ambos são surdos. Ao temer que os pais não os aceitem eles desenvolvem um plano para que possam viver livremente esse amor.

Selecionado para o Festival Internacional de Filmes de Busan e vencedor do Movie Squad Award 2011 como melhor filme.

Estacionamento Zona Azul
Sugerimos para quem mora perto vir a pé ou de bicicleta

Para mais informações, ligue para (11) 5085-1313
ou escreva para educativo@mam.org.br

MUSEU DE ARTE MODERNA
mam
DE SÃO PAULO
WWW.MAM.ORG.BR

EDUCATIVO
mam

NARRAÇÃO DE HISTÓRIA

10 MAR 2012 (SÁB)
15H

Entrada gratuita



Narração de história para surdos e ouvintes com Mirela Estelles e Amarilis Reto 30 senhas

O pote vazio, conto chinês de Demi, será apresentado em português e em libras (língua brasileira de sinais) simultaneamente. A escolha do conto foi inspirada na exposição *O retorno da coleção Tamagni: até as estrelas por caminhos difíceis*. A figura de Ping, o personagem principal, remete aos esforços e persistência de pessoas envolvidas na história do museu para sua existência até os dias de hoje.

Atividade gratuita, distribuição de senhas com 30 minutos de antecedência.
Para mais informações, ligue para (11) 5085-1313 ou escreva para educativo@mam.org.br

MUSEU DE ARTE MODERNA
mam
DE SÃO PAULO
WWW.MAM.ORG.BR